



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano  
**GABINETE DO VEREADOR ÍCARO CHAVES**

**REQUERIMENTO Nº 400/2025**

**AUTORIA: VEREADOR ÍCARO CHAVES – PODE**

Excelentíssimo Senhor Presidente, da Câmara Municipal de João Pessoa,

O vereador abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 166, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e após deliberação do Plenário vem, respeitosamente, **REQUERER** o reconhecimento da **SANÇÃO TÁCITA** referente ao Projeto de Lei Ordinária nº 14/2025, de autoria do Vereador Ícaro Chaves, *“INSTITUI NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA O DIREITO DE ACESSO DO CONTRIBUINTE AOS MEIOS E FORMAS DE PAGAMENTO DIGITAL PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA.”*

**JUSTIFICATIVA**

O referido Projeto de Lei cumpriu integralmente o processo legislativo nesta Câmara Municipal, tendo recebido parecer favorável de todas as Comissões competentes e sido aprovado na sessão plenária realizada no dia 9 de outubro de 2025.

Posteriormente, a proposição foi encaminhada ao Poder Executivo Municipal de João Pessoa em **16 de outubro de 2025**, data a partir da qual se iniciou o prazo para manifestação do Prefeito quanto à **sanção ou veto**.

Nos termos do art. 35, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, o Chefe do Executivo dispõe de **30 dias úteis** para se pronunciar, sendo que a ausência de decisão dentro desse período configura **sanção tácita**. Transcrevem-se os dispositivos para melhor compreensão:

**Art. 35** O projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

**§ 1º** Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

**§ 2º** Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**GABINETE DO VEREADOR ÍCARO CHAVES**

No presente caso, o prazo legal para manifestação do Prefeito expirou em **02 de dezembro de 2025**, sem que houvesse qualquer ato formal de sanção ou veto. Assim, resta caracterizada a **sanção tácita** do Projeto de Lei Ordinária nº 14/2025, cabendo a esta Casa Legislativa proceder à sua declaração e, em seguida, à devida promulgação.

Diante do exposto, **REQUER-SE** que o Plenário delibere sobre a matéria e que, após a apreciação, seja formalmente reconhecida a sanção tácita e promovida a promulgação do Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, em 07 de dezembro de 2025.

---

**ÍCARO CHAVES - PODE**